

A fábrica de escravos: a escravidão negra no sul de Mato Grosso (1718 – 1888)

Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos
Universidade do autor

Resumo: O objetivo central deste artigo é apresentar a história da escravidão negra no Mato Grosso, com ênfase em sua região sul (atual Mato Grosso do Sul) entre os anos de 1718, início da exploração econômica portuguesa, a 1888, fim da escravidão. Nesse espaço de tempo serão destacados os seguintes elementos: a formação de um protocampesinato negro; a rede de circulação de mercadorias e informações entre os quilombolas e a sociedade envolvente; e as relações socioeconômicas da sociedade escravagista mato-grossense.

Palavras-chave: escravidão, quilombos, campesinato, economia

The slave factory: black slavery in the south of Mato Grosso (1718 - 1888)

Abstract: The main objective of this paper is to present the history of black slavery in Mato Grosso, with an emphasis on its southern region (current Mato Grosso do Sul) between the years of 1718, beginning of the Portuguese economic exploitation, 1888, end of slavery. In that time frame the following are highlighted: the formation of a black protocampesinato; the network flow of goods and information between the Maroons and the surrounding society; and socioeconomic relations of Mato Grosso slave society.

Keywords: slavery, quilombos, peasantry, economy

La fábrica de esclavos: la esclavitud negra en el sur de Mato Grosso (1718 - 1888)

Resúmen: El objetivo principal de este trabajo es presentar la historia de la esclavitud negro en Mato Grosso, con énfasis en la región sur (actual Mato Grosso do Sul) entre los años de 1718, a partir de la explotación económica portuguesa, 1888, fin de la esclavitud. Durante ese tiempo se destacan los siguientes: la formación de un protocampesinato negro; el movimiento neto de los bienes y la información entre los cimarrones y la sociedad que lo rodea; y las relaciones socio-económicas de la sociedad de esclavos Mato Grosso.

Palabras clave: esclavitud, quilombos, campesinado, economía.

Introdução

No ano de 2007, após a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra, de Mato Grosso do Sul, iniciar a realização de estudos fundiários em áreas reivindicadas por comunidades quilombolas, teve início uma onda de manifestações e conflitos estimulados por instituições (governamentais e não governamentais) contrárias aos direitos territoriais quilombolas.

Estas manifestações e conflitos ganharam força, principalmente, quando a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Famasul¹ fomentou, por meio de consulta, um posicionamento do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul - IHG/MS sobre a existência ou não de quilombos no estado de Mato Grosso do Sul. Em resposta o IHG/MS, no dia 10 de setembro de 2008, emitiu um parecer, denominado “*Parecer Quilombolas*”, no qual afirma não reconhecer a presença das comunidades remanescentes de quilombo em terras sul-mato-grossenses (CAMPESTRINI, 2009). Logo depois esse documento foi utilizado pela Famasul para deslegitimar as reivindicações das comunidades quilombolas pela regularização fundiária de suas terras. Fato que gerou um grande impacto nessas comunidades, pois além de alimentar o discurso das instituições e pessoas contrárias à causa quilombola, trouxe intranquilidade política e legal para essas comunidades.

O “*Parecer Quilombolas*” também ganhou destaque na imprensa local. Matérias jornalísticas foram realizadas com proprietários rurais, presidentes de sindicatos rurais e políticos, os quais endossaram esse documento. Uma dessas matérias, “*Estudo descarta quilombo em Dourados*”, divulgada dia 29 de dezembro de 2008, pelo jornal O Progresso, e reproduzida pelos jornais *on line* douradosagora² e newtimems³, afirma que “*Ainda de acordo com o parecer do IHG/MS, a própria região onde hoje está localizado o Mato Grosso do Sul nunca chegou a explorar a escravidão*”.

Essas afirmações trouxeram a tona linhas interpretativas sobre a história do negro em terras sul-mato-grossenses. Uma delas advoga que o trabalho escravo tinha pouca relevância, pois os negros escravos eram em menor número na atividade pecuarista, principal atividade econômica da região sul de Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul, que se desmembrou do Mato Grosso no ano de 1977). Completa essa linha, a tese de que as relações sociais entre o negro escravo e seu senhor eram harmônicas, como afirma Barbosa (2005: p. 59) “*A convivência com a criadagem no início da primeira geração, ainda escravocrata, era harmoniosa*”. Outro autor, Campestrini (2002: p. 128), compartilhando essa tese, assevera que “*Vale esclarecer que, no sul de Mato Grosso, os escravos não tinham o tratamento de regiões de monocultura (café e cana-de-açúcar). Aqui os escravos eram verdadeiros agregados, trabalhando na pecuária e na agricultura de subsistência*”. Apesar de Hercules Florence (1977) afirmar, na viagem que fez em 1826 pelo sul de Mato Grosso, a

¹ Entidade sindical que congrega atualmente 69 Sindicatos Rurais. Foi constituída em 29/10/1977. Disponível em <http://www.famasul.com.br>, acessado dia 24/2/2015.

² Disponível em <http://www.douradosagora.com.br>, acessado dia 4/3/2009.

³ Disponível em <http://www.noticiasms.com/portal/Cidades/dourados/3062.html>, acessado dia 4/3/2009.

presença de senzala na fazenda Camapuã, o autor Campestrini, no site do IHG/MS⁴, assegura que na região sul de Mato Grosso, na época, “*não há notícias de senzalas*”.

Essa historiografia regional, baseada no mito da democracia racial de Freyre (1994), não observa que o escravo negro estava envolvido num universo mais amplo de relações sociais, dominadores e dominados, pautadas na coerção. A sociedade do sul mato-grossense encarregava-se de identificar os cativos e reafirmar sua condição, lembrando-lhes quem era seu senhor e controlando-lhes as atividades. O sistema escravista, em qualquer atividade econômica, legitima a ordem estabelecida da sociedade e preserva as distâncias sociais em que ela se assentava. Na estrutura da sociedade escravocrata não havia espaço para relações raciais harmoniosas e democráticas como sugere a visão acima.

Calcado nessa relação assimétrica, houve no Brasil várias formas de escravidão como, por exemplo, no extrativismo, na mineração, na agricultura, na pecuária, no comércio em geral e nos serviços domésticos. A dos engenhos de cana-de-açúcar no nordeste, abundantemente retratada por historiadores, foi apenas uma delas. Porém, em todas essas atividades econômicas desenvolveram tipos particulares de relações escravagistas que possibilitaram, de certo modo, que o negro escravo fosse também um agente de poder limitado. Essas relações foram encontradas tanto nas minas auríferas da região norte de Mato Grosso como nas criações de gado de sua região sul. Nesse sentido, o objetivo central deste artigo é apresentar de forma resumida a história da escravidão negra no Mato Grosso do Sul, antiga região sul do estado do Mato Grosso. Nessa construção será enfatizada a formação de um protocampesinato negro e a brecha camponesa (LEPKOWSKI, 1968), principalmente na fazenda Camapuã, denominada por Langsdorff de “*a fábrica de escravos*” (SILVA, 1997b: p. 266). Além disso, demonstrasse-a a rede de circulação de mercadorias e informações dos quilombolas e as relações socioeconômicas da sociedade escravagista mato-grossense.

Muitos documentos históricos que poderiam indicar a presença do negro escravo em todas as regiões do antigo Mato Grosso desapareceram com os anos. Vários documentos oficiais foram perdidos, apagados, corroídos e deteriorados, pois não havia grande zelo ou mesmo preocupação dos funcionários públicos em mantê-los (DISCURSO, 1838)⁵. A despeito dessas dificuldades, foram levantadas as seguintes fontes primárias para a construção deste artigo: Catálogo de verbetes dos documentos manuscritos avulsos da Capitania de Mato Grosso existentes no Arquivo Histórico Ultramarino Lisboa – Portugal de 1731 a 1822; Correspondências do Capitão-general Antonio Rolim de Moura – 1751 a 1754; Relatos de cronistas e viajantes; e relatórios, falas e mensagens dos Presidentes da Província de Mato Grosso de 1835 a 1900.

A escravidão no período Aurífero (1718 – 1750)

No início do século XVIII, após a Guerra dos Emboabas, os bandeirantes paulistas, impedidos de explorar o ouro de Minas Gerais, intensificaram suas entradas na região de Goiás e Mato Grosso. Após o descobrimento de ouro nas minas de Cuiabá, iniciou uma grande corrente migratória, composta de

⁴ Disponível em <http://www.ihgms.org.br>, acessado dia 20/12/2007.

⁵ Neste artigo as referências sobre os Discursos, Falas e Relatórios dos Presidentes de Província serão assinalados em “caixa alta” seguido do ano. Na bibliografia consta a referência completa.

mineiros com seus escravos, para essas terras. O esforço desses pioneiros nas lavras era tão desproporcional que não se preocupavam em prover os meios de subsistência. “A lavoura era despresada e as poucas plantações que havia perecião já por falta de trato, já pelo rigor das estações” (ROHAN, 1910: p. 48). Segundo cálculos do Capitão-general da Capitania de São Paulo, concorreram para as minas no ano de 1721 cerca de dois mil paulistas, os quais utilizavam avidamente a mão de obra negra escrava e indígena (TAUNAY, 1949).

Os primeiros migrantes que estabeleceram fazendas nas terras mato-grossenses foram o Tenente-coronel Antônio de Almeida Lara e os irmãos Leme. O Tenente-coronel fundou, em 1722, a fazenda “Burity Monjolinho” na região do atual município de Chapada dos Guimarães. Nela possuía roças, gado e escravos. Na região sul de Mato Grosso, os irmãos Leme – João Leme da Silva e Lourenço Leme da Silva, fundaram, em 1725, a fazenda Camapuã, localizada no varadouro que interliga as cabeceiras dos rios Sanguessuga (afluente do rio Pardo) e do Camapuã (afluente do rio Taquary).

Os irmãos Leme iniciaram, com a fundação da Fazenda Camapuã, o primeiro núcleo populacional no sul de Mato Grosso, local de passagem obrigatória de todos que se dirigiam às minas de Cuiabá pela via fluvial. Parte da produção agrícola dessa fazenda, que utilizava mão de obra escrava, destinava-se a abastecer os grupos de viajantes e tropas militares que transitavam nessa região. Essas fazendas se estruturavam para possibilitar a constituição de uma unidade mercantil de produção.

Na região norte de Mato Grosso, o grande número de mineradores e seus escravos, atraídos pelo ouro em Cuiabá, acarretou um grave problema nessa região, a fome. A produção não era suficiente para alimentar a crescente população, constituída principalmente de mineradores e seus escravos. Inicialmente, cada dono de mina formava suas roças de subsistência apenas com o mínimo necessário, pois boa parte dos gêneros alimentícios era comprado. Como consequência da baixa produção agrícola, o preço das mercadorias era elevado, obrigando os mineiros, com o passar do tempo, a aumentarem a mão de obra escrava nas roças.

Os produtos, vindos de fora de Mato Grosso, também eram vendidos a preços excessivos. Um caso extremo foi do Capitão Pires de Almeida, que diante da fome trocou um escravo, de tenra idade, por um peixe pacu. Somente assim pôde conservar a sua vida, pois perdera toda a escravatura e outros bens que trazia consigo. Outros proprietários chegavam a trocá-los por quatro alqueires de milho (SÁ, 1901).

Muitos escravos que trabalhavam nas minas morreram por doenças relacionadas à alimentação deficitária. Em geral, se dava ao escravo “uma quarta de milho por semana, e aqueles que melhor os tratam acrescentam a isso dois pratos de feijão também por semana” (ROLIM DE MOURA, 1982: p. 183-184). O problema do abastecimento alimentício e dos produtos manufaturados na região de Cuiabá perdurou durante muitos anos, pois sua população era constituída principalmente de pessoas interessadas no enriquecimento fácil por meio das minas. A agricultura e a pecuária, que se desenvolviam lentamente, não acompanhavam o crescente número de migrantes do ouro. Além disso, o governo da Capitania de São Paulo, o qual administrava as terras mato-grossenses, não estava preocupado em fomentar

uma política agropecuária nessa região que até então era de “domínio” espanhol.

Nos primeiros anos do século XVIII, as principais características dessa região eram a longa distância do litoral, onde ficava localizado o centro administrativo do império, e o difícil acesso. Fatos que impulsionaram o surgimento das monções - expedições fluviais de caráter mais comercial e colonizador (abasteciam os núcleos mineradores com aves, equinos, escravos, muares, sal, gado vacum, artigos de luxo e outras mercadorias) (HOLANDA, 1989).

Como consequência das monções, houve o aparecimento de um comércio intra-regional, porém modesto, que ajudou na expansão da fronteira oeste do território brasileiro. Durante o século XVIII e início do XIX, várias foram as monções que adentraram as terras mato-grossenses. Em muitas monções, os negros – escravos e forros, que eram maioria foram mortos pelos gentios. Os que escapavam dos índios eram acometidos por sezões (febres) nas minas (SÁ, 1901).

Uma das principais monções foi a do Governador de São Paulo, Rodrigo Cezar de Menezes, que chegou a Cuiabá em 1726 com cerca de três mil pessoas. Após sua chegada o pequeno arraial de Cuiabá foi elevado à condição de vila - Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, sob a jurisdição da Capitania de São Paulo. A população dessa vila, nessa data, era constituída por comerciantes, mineiros, pequenos agricultores, negros forros, índios “civilizados”, índios escravos, e principalmente, de negros escravos. Havia 2.607 escravos trabalhando em todas as atividades econômicas, especialmente nas jazidas de ouro, pois o ouro que fomentava toda a economia local necessitava copiosamente de braços escravos (SAINT-HILAIRE, 1972).

Mulheres negras forras, homens negros forros, mulatos (as) e escravos (as), também fomentavam um pequeno comércio ambulante denominado de “*negros de tabuleiro*”, o qual era responsável pela venda de gêneros alimentícios como bolos, doces, mel, pão, banana, fumo e bebidas, na vila de Cuiabá e nas minas auríferas. Essa atividade, em algumas regiões auríferas, era realizada predominantemente por mulheres. Entretanto, Rodrigo César de Meneses, após sua chegada, além de proibir esse tipo de comércio nas minas proibiu também que os escravos frequentassem as tabernas e ranchos, salvo em companhia de seus senhores. Essas normas tinham como objetivo controlar a circulação de escravos, dificultar a sonegação de impostos e inibir o comércio de produtos roubados (CORRÊA FILHO, 1969).

A primeira tentativa de fundação de um povoamento no sul de Mato Grosso se deu em 1729 quando os padres Jozé de Frias e Antonio de Moraes e outras pessoas de posse, juntamente com seus escravos, fundaram um povoado às margens do rio Coxim. Porém, o grupo, que era composto por 400 pessoas, foi atacado na barra do rio Cuiabá pelos gentios “*Payagoa*” que “*matou a todos escapando três negros*” (SÁ, 1901: p. 24).

Em 29 de janeiro de 1748, acatando o parecer do Conselho Ultramarino, o governo de Portugal criou a Capitania de Mato Grosso. Em seguida, em 13 de janeiro de 1750, foi assinado o Tratado de Madri entre Portugal e Espanha, com base no princípio *uti possidetis*, o qual fundamenta a propriedade na ocupação.

De 1722 a 1750, foram introduzidos nessa Capitania, pelas monções paulistas, 10.775 negros escravos – entre homens, mulheres e crianças. Boa parte desse contingente era formado por homens que foram encaminhados para

as minas de ouro, o que não impedia que essa mão de obra fosse utilizada em diversos outros segmentos laborais (SILVA, 1995).

O processo de povoamento no Mato Grosso foi iniciado por sertanistas que buscavam sedentamente ouro. Após a descoberta de algumas minas, iniciou-se uma fase de sedentarização da crescente população que orbitava entre a extração e a comercialização do ouro. Nesse período, a agricultura e a pequena criação de gado estavam localizadas em áreas próximas às minas e ao redor dos arraiais. Comerciantes, mineiros, pequenos agricultores, um diminuto número de fazendeiros e um grande número de escravos compunham a população dessa Capitania cercada por uma predominante população indígena.

A escravidão no período dos Capitães-generais (1751 – 1821)

Em 1751, após a criação da Capitania de Mato Grosso - pelo Alvará de 09 de maio de 1748 - chegou o seu primeiro administrador, Capitão-general Antônio Rolim de Moura. Com a intenção de garantir os traçados territoriais, estipulados pelo Tratado de Madri, fundou, em 1752, vila Bela da Santíssima Trindade, segundo núcleo urbano da Capitania. Nessa vila, montou um aparato burocrático – formado por funcionários públicos e militares – composto por três companhias, uma formada de homens brancos, outra de pardos e a última de pretos forros. Nessa época, havia 1.175 escravos em vila Bela e na vila de Cuiabá. Entretanto, Rolim de Moura pretendia aumentar esse número devido à elevada mortalidade de escravos nas minas e à grande quantidade de escravos acima de quarenta anos. Por essas razões era constante a necessidade de adquirir mais escravos. Além da introdução de escravos jovens na Capitania, Rolim de Moura afirmava que seria interessante a migração de casais de colonos agricultores, pois com isso os gêneros alimentícios iriam baixar de preço e os mineiros poderiam tirar seus escravos das plantações e colocá-los nas tarefas auríferas (ROLIM DE MOURA, 1982).

A agricultura praticada pelos escravos somada com a exercida nos arredores das vilas e incluída a encontrada na rota das monções formaram os primeiros núcleos agrícolas, responsáveis, cada um com seus modos operantes, pelo abastecimento da pequena população da Capitania. Assim, durante o período de exploração aurífera, foi desenvolvida a atividade agrícola, seguida de uma pequena criação de gado de grande importância local. O ouro motivava as atividades comerciais e estimulava, direta ou indiretamente, novas atividades econômicas.

Outro problema que o Capitão-general teve que enfrentar foi a constante fuga de escravos para o território espanhol. Em 1754, o Capitão-general informou em carta encaminhada a Diogo de Mendonça – da Corte Real, que escravos, com a ajuda dos gentios Paiaguá, fugiram para Assunção. Manifestou-se no sentido do Governo Real realizar um acordo com os espanhóis para reaver os escravos (ROHAN, 1910). Nesse mesmo documento Rolim de Moura noticia que no rio Paraguai, próximo a Barra dos Porrudos, no lado espanhol, existia um núcleo de escravos fugidos, os quais eram originários de Mato Grosso.

Em 1771, a população de Mato Grosso era de 12.159 pessoas, sendo 6.573 pardos e pretos cativos. Desses, 5.277 eram homens e 1.296 mulheres (SILVA, 1995). Com consequência de uma grande população negra cativa aumentou, no

Mato Grosso, o número de fugas, fato que as sucessivas administrações da Capitania não conseguiam resolver. Com a chegada, em 1769, do Capitão-general Luis Pinto de Sousa Coutinho, continuaram as diligências para a captura de escravos fugidos. No período em que comandou a Capitania foram destruídos os quilombos de Sepotuba, Porrudos e Piolho (denominado também de Quariterê). Nesse último, que existia desde a descoberta das minas em Mato Grosso, havia um rei e uma rainha, denominada de Theresa de nação Benguela. Após a morte do rei, a rainha comandou durante anos esse quilombo (ROHAN, 1910).

A organização política desse quilombo era calcada na estrutura da realeza e em uma economia baseada na agricultura, sobreviveu durante anos à margem do governo, sendo administrada por uma mulher – a rainha Thereza. Essa forma de governo o distinguia de outros quilombos no Brasil. Dos 79 escravos que formavam o quilombo Piolho, foram aprisionados 44 escravos. A rainha foi presa e “*morreu de desgosto poucos dias depois e sua cabeça foi collocada em um poste no lugar do quilombo*” (ROHAN, 1910: p. 86).

Com relação às fugas, assinala Freyre (1978) que o cidadão João Diogo, da vila de Cuiabá, fugiu para os domínios espanhóis com Rozalia, mulher casada, acompanhados de vários escravos pertencentes a outros senhores. A fuga de escravos, muitas vezes, não era um ato isolado de um escravo. Movidos por diversos motivos homens endividados, soldados desertores e casais enamorados fugiam de seus locais de origem em direção ao domínio espanhol. Para conseguirem empreender uma viagem extremamente arriscada para um grupo pequeno, marcada pelos ataques de índios “bravios” e pelo perigoso pantanal, buscavam como companheiros nessa travessia negros escravos propensos a fugirem. Houve casos de famílias inteiras que cruzaram a fronteira levando todos os pertences para fugirem principalmente do fisco e de seus credores. Essas fugas fragilizavam a administração da província de Mato Grosso, pois a carência de recursos humanos e materiais acentuavam mais ainda os vazios demográficos e a produção, principalmente na zona rural.

A mão de obra especializada dos negros escravos motivava os espanhóis a receberem em seus territórios os fugitivos. Porém, os escravos-camponeses eram os mais desejados pelas lavouras espanholas, por causa de sua experiência no cultivo da cana-de-açúcar e de outros gêneros agricultáveis. O historiador Virgílio Corrêa Filho (1969: p. 109) destaca que, “*não somente a raia ocidental propiciava travessias emancipadoras. Também pelo sul não seriam raras as fugas, registradas pelos cronistas*”. Entretanto, no sul de Mato Grosso, principalmente no seu limite oeste, era mais fácil para os escravos fugirem para o lado espanhol do que formarem núcleos quilombolas no lado brasileiro. Pois, muitas das fugas ocorridas nessa região eram de indivíduos escravos e não de grupos de escravos como acontecia na região norte.

Com relação aos indígenas, a política do governo português era reuni-los em aldeias tornando-os aos poucos agricultores e povoadores, pois o Mato Grosso necessitava de “braços produtivos” para o seu imenso território. A campesinidade foi um projeto histórico da Coroa Portuguesa para o Mato Grosso, uma vez que só ela traria a fixação do homem o que, conseqüentemente, asseguraria de fato e de direito o domínio português nessa região tão ambicionada pelos espanhóis. Como parte desse projeto, utilizou-se a estratégia de construção de redutos militares que assegurariam o controle das fronteiras. Na região norte foi erguido o Forte Príncipe da Beira (1776) e na região sul

foram edificados o presídio de Nossa Sra. dos Prazeres do Iguatemi (1767), o Forte de Coimbra (1775) e o Forte Nossa Sra. do Carmo do rio Mondego (1778).

Com a finalidade de garantir o abastecimento desses redutos militares com gêneros alimentícios, foram criadas, em sua circunvizinhança, roças e fazendas de gado, que eram administradas por oficiais e soldados e trabalhadas, geralmente, por negros escravos. Ao redor desses núcleos militares, aos poucos, foi se agregando uma pequena população que trabalhava, predominantemente, com a agricultura e a criação de gado.

O endurecimento das relações com os escravos da Província foi também pauta do governo de Luiz de Albuquerque, o qual mandou proibir a reunião e o batuque dos escravos. Essa medida, de 10/05/1773, foi para evitar discórdias e perturbações. Entretanto, seu intuito era de coibir as fugas e as revoltas, que poderiam iniciar com a aglomeração de negros escravos. A preocupação de Luiz de Albuquerque em não perder a mão de obra escrava era tanta que em 1775 proibiu o comércio de escravos entre os moradores de Mato Grosso e espanhóis. Sob a administração de Luiz Pinto, entraram no Mato Grosso 1.741 escravos (FREYRE, 1978).

Na administração do Capitão-general João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, foi criada uma Bandeira com a intenção de explorar os sertões e capturar escravos aquilombados. Essa Bandeira, composta por 45 pessoas, descendo o rio Guaporé, encontrou, próximo a Serra dos Parecis, um “*preto forro*”, que indicou a direção de um quilombo. Após seguir por alguns dias rastros de pessoas e sinais de fogo capturaram dois índios, um negro e um “*caboré*” (filho de negro com índio). Logo depois da captura chegaram ao quilombo Piolho. Esse mesmo quilombo, denominado Piolho, havia sido atacado em 1770 pelo Sargento-Mór João Leme do Prado. Nessa época já tinham sido apreendido numerosos escravos. Os remanescentes, que fugiram, construíram outro quilombo próximo ao antigo local. Nesse quilombo foram encontradas muitas plantações de milho, feijão, favas, mandiocas, amendoim, batatas, carás e outras raízes, bananas, ananases, abóboras, fumo, galinhas. Produziam também algodão para fazer roupas e outros utensílios. O excedente dessa produção era geralmente comercializado (ROQUETE-PINTO, 2005). Ainda em 1770, foi destruído também o quilombo de Pindahituba (ROHAN, 1910).

A economia de base camponesa organizada pelos grupos de escravos fugidos, a qual Tadeusz Lepkowski (1968) caracteriza como “brecha camponesa”, foi uma das primeiras formas de campesinato negro no Mato Grosso. Havia entre os quilombos, principalmente os localizados próximos ao rio Paraguai e seus afluentes, uma rede social, no sentido observado por Lemieux (1999: p. 10) como uma “*rede de sustentação, onde são transmitidos bens materiais, mas também de informações e de recursos relacionáveis*”. A localização de um quilombo não era segredo entre negros e índios que participavam dessa rede, o que significa que havia nesse campo social uma teia de informações que facilitava a troca e/ou o comércio de mercadorias, fato que favoreceu a autonomia e a proteção desses quilombos. Esse tipo de rede também foi observada por Funes (2005) nos mocambos do baixo Amazonas.

A rede de circulação de mercadorias e informações entre comerciantes e/ou taberneiros e quilombolas era fato notório na época, como afirmou o presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca, em 1877, ao se referir aos quilombos, “*cuja extinção tem sido à policia defficil conseguir na continuação*

de suas diligências, por avisos, segundo consta, que prestão conniventes aos quilombolas, com quem commercião lucrativamente” (FALLA, 1877: p. 05). Essa intrínseca rede foi também encontrada por Gomes (2006) no Rio de Janeiro e no Maranhão, o qual a caracterizou como “*campo negro*”.

A região do rio Paraguai e de seus afluentes, palco de formação de alguns núcleos quilombolas, constituiu-se também em um “*campo negro*” – local em que “*os agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, entrecruzando interesses, solidariedades, tensões e conflitos*” (GOMES, 2006: p. 45). Essa rede social – formada por negros livres, cativos de fazendas próximas, índios e comerciantes, estruturou os grupos negros camponeses, caracterizados pela autonomia da produção e pela comercialização dos seus excedentes nessa região. Assim, os núcleos quilombolas eram territórios relacionais. Por território relacional entende-se “*não apenas no sentido de ser definido dentro de um conjunto de relações histórico-sociais, mas também no sentido, destacado por Godelier de incluir uma relação complexa entre processos sociais e espaço material. (...) Por ser relacional, esse território é também movimento, fluidez, interconexão*” (COSTA, 2007: p. 82).

Os quilombolas que fugiam aos ataques das Bandeiras, mesmo em número reduzido, conseguiam, posteriormente, aumentar sua população em um novo território quilombola. Para reequilibrar o desequilíbrio demográfico causado pelos ataques que sofriam, utilizavam-se da rede social com outros quilombos ou do rapto de mulheres indígenas e caboclas de aldeamentos e povoados próximos. O rapto dessas mulheres era utilizado como forma de suprir a carência de cônjuges e de mão de obra.

As fugas dos escravos e, posteriormente, a formação de quilombos na fronteira oriental de Mato Grosso colaboraram tanto para a fixação dessa fronteira como para a formação de nichos camponeses produtores de gêneros alimentícios para as vilas e arraiais. Essas micro sociedades camponesas, que escaparam das regras estabelecidas do governo e tinham organizações próprias, foram as primeiras a serem estruturadas pelos próprios camponeses negros.

Nessa época, nas minas de ouro localizadas no vale do Guaporé houve também um tipo de protocampesinato negro escravo, uma das modalidades da brecha camponesa, criado pelas relações circunstanciais estabelecidas entre os proprietários de minas e seus escravos (CARDOSO, 1987). Em muitas minas e propriedades os sábados e/ou domingos, como observou Hercules Florence (1977) em sua viagem pelo Mato Grosso, eram destinados ao cultivo das roças de subsistência. O protocampesinato, seja escravo e/ou quilombola, existia no sistema escravista e era vinculado, direta ou indiretamente, às atividades mercantis. Nesse sentido, havia uma produção, nos arraiais e nas vilas, que era negociada pelos que a produziam com os que a comercializavam.

Num período ainda marcado pela escassez e pelos altos preços dos gêneros alimentícios, as roças organizadas pelo quilombola-camponês e/ou pelo lavrador livre, nos sítios de cultura, nas fazendas de gado e nas proximidades das minas de Mato Grosso, garantiram em parte a alimentação dos escravos, bem como de seus senhores. A produção do próprio sustento se apresentava como alternativa de manutenção do equilíbrio econômico provincial, já que a principal atividade econômica vinha da incerta exploração aurífera. Com a diminuição gradual do ouro nas minas alguns mineradores procuraram incrementar outras atividades, principalmente a agricultura e a pecuária. Nessa época, vários mineiros solicitaram terras para cultivo com a intenção de utilizar os cultivos para sua manutenção, de seus escravos e de seus animais. Esse

processo ajudou a consolidar grupos de escravos-mineiros em escravos-camponeses.

Na virada desse século, o Mato Grosso possuía uma população de 26.836 pessoas, o número de escravos chegava a 11.910, ou seja, 46% da população mato-grossense era constituída de escravos, entre pretos e mulatos dos dois sexos. Os brancos representavam 4.242 e os índios 1.015 pessoas (CORRÊA FILHO, 1969).

A partir de 1819, iniciou-se o “ciclo do luar” com o avanço da frente pastoril, originária do sertão da Farinha Podre (atual Triângulo Mineiro), em direção aos “campos da Vacaria”. O “ciclo do luar” promoveu o povoamento da região sul de Mato Grosso por meio da instalação de fazendas de gado. Nessa época, ocorreu uma ampliação de concessões de sesmarias, seja na região norte como na região sul.

Num período de 70 anos, ou seja, de 1751 a 1821 a capitania de Mato Grosso foi governada por nove capitães-generais. Esse tempo foi marcado pelos seguintes fatores: fortalecimento das fronteiras adjacentes ao império espanhol; organização das minas e, posteriormente, sua decadência; instauração dos primeiros núcleos populacionais; desenvolvimento lento da agricultura e da criação de gado; criação de estradas ligando Mato Grosso às outras Capitânicas do Império, e a gradual ascendência dos grandes latifundiários criadores de gado na sociedade mato-grossense.

A escravidão no período da Província (1822 – 1888)

Com a independência do Brasil, ocorrida formalmente em 07 de setembro de 1822, iniciou a sua autonomia política e administrativa. Porém, os acordos firmados anteriormente entre Portugal e Inglaterra, principalmente no que se refere ao tráfico de escravos, passaram para o novo Estado. Em 1823, um ano após a independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro de D. Pedro I, propôs o “Projeto para o Brasil”. Para realizar esse projeto recomendou o fim do tráfico de escravos africanos e o gradual término da escravidão no Brasil. A proposta de José Bonifácio baseava-se numa política integracionista, a qual seguia um modelo de branqueamento (RAMOS, 1999).

A ideia de integrar negros e índios por meio do branqueamento já tinha adeptos no início do século XIX. Os colonos europeus eram, por meio de seu sangue branco “puro”, os mais “aptos” a desenvolverem essas mudanças. Por isso, em diversos Relatórios de Presidente de Província de Mato Grosso, a migração de colonos europeus foi tema constante. Porém, para que isso se tornasse realidade o Brasil teria que resolver problemas internos relativos à política de terra, para isso foram proibidas as concessões das sesmarias, o que fortaleceu o domínio pela posse. A partir dessa época, a posse foi o elemento jurídico utilizado, indiscriminadamente, para assegurar o direito de propriedade. No sul de Mato Grosso, entre os anos de 1822 a 1850 imensas extensões de terras foram anexadas às antigas sesmarias.

Na década de 1820, a Fazenda Camapuã encontrava-se em pleno declínio. Alguns fatores como a má administração, a fuga de escravos, os ataques indígenas e a diminuição do número de monções, que por lá passavam, favoreciam ainda mais o estado de penúria que se encontrava. Além disso, com a construção da estrada de Goiás para Cuiabá, Camapuã foi decaindo. A principal produção dessa fazenda era a cana-de-açúcar, seguida do feijão, do

milho e do algodão. Pelo relato de Florence, existiam, nessa fazenda, duas casas de sobrado, uma senzala e um pátio com um engenho de cana-de-açúcar tocado por bois. “*O pátio é fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. A noite, são eles metidos debaixo de chave. A gente forra mora do outro lado do rio Camapuã*” (FLORENCE, 1977: p. 66).

Em 11 de outubro de 1826, Langsdorff registrou que os proprietários dessa fazenda, os quais moravam em São Paulo, não tiravam nenhum lucro da propriedade que possuía de sessenta a setenta negros escravos. Os proprietários “*a cada um ou dois anos, mandavam buscar de 6 a 8 escravos jovens e robustos nascidos aqui. Consideram, portanto, a propriedade simplesmente como uma fábrica de escravos*” (SILVA, 1977b: p. 266).

Como se percebe, o único interesse de seus proprietários era o lucro advindo da venda de escravos em São Paulo. Ao contrário do que afirmou Langsdorff, o lucro dos proprietários dessa fazenda estava na produção de escravos para exportação. Nesse sentido, havia no sul de Mato Grosso um modelo escravagista com características próprias que destoava do restante da Província, o qual necessitava avidamente da mão de obra escrava para suas atividades econômicas.

Mesmo nessa “*fábrica de escravos*” os escravos conseguiram ter certa autonomia. Possuíam criações e roças, como observa Langsdorff, “*Os escravos se vestem e se alimentam às suas próprias custas. Para isso eles têm permissão para trabalhar aos sábados e domingos e para criar porcos e frangos*” (SILVA, 1977b: p. 270). Ainda segundo Langsdorff, as roças dos negros ficavam mais distantes, próximas ao rio Camapuã. Como só tinham os finais de semana para cuidar de suas roças e bendizer a Deus; o plantio, a colheita, o transporte das mercadorias e a comercialização permaneciam em segundo plano. Percebe-se, pelo exemplo da Fazenda de Camapuã, que também no sul de Mato Grosso havia um protocampesinato negro escravo que cumpria um papel bem definido no conjunto do escravismo colonial, o de tornar mínimo o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho.

Na década de 1820, a região sul de Mato Grosso começou a receber a migração de famílias provenientes do Triângulo Mineiro. Em 1829, Joaquim Francisco Lopes, acompanhado dos Garcia e dos Sousa, chegou à região entre os rios Grande e Paranayba. Joaquim explorou, em nome do Barão de Antonina, uma vasta região do sul mato-grossense - rio Ivinhema até o rio Nioac, posteriormente, adentrou no rio Miranda (RELATÓRIO, 1851). Os clãs pastoris dos Lopes, Garcia, Barbosa e Sousa, que se uniram, posteriormente, em casamentos, estabeleceram novos caminhos. Tempos depois, esses caminhos facilitaram a vinda e a fixação nesse território de várias famílias que migraram do Triângulo Mineiro, as quais foram se multiplicando (SODRÉ, 1941).

A crescente ocupação do sul de Mato Grosso por migrantes mineiros, paulistas e sulistas com as respectivas escravarias, fez com que, aos poucos, aumentasse a população dessa região. No ano de 1840 nasceram 844 pessoas e faleceram 332. Porém, o crescimento da população escrava era pequeno. Nesse mesmo ano nasceram em toda Província 175 escravos e faleceram 103 (DISCURSO, 1840).

Na primeira metade do século XIX, existiam “ilhas” de população, ou seja, fazendas espalhadas no vasto território da região sul de Mato Grosso. As principais fazendas estavam localizadas nas seguintes regiões: nas cercanias do Presídio de Miranda; nos campos pantaneiros; nos campos do rio Negro; no Pantanal, próximo a serras de Maracaju; nos campos da foz do rio Nioaque; no

vale do rio Apa; nos campos do rio Brilhante; nos campos entre os rios Vacaria e Brilhante; nos campos do sertão dos Garcias e no baixo Taquary. Nessas fazendas de criação, o escravo era utilizado em todas as atividades, mesmo na criação extensiva do gado. Geralmente, o escravo, ligado à essas propriedades, constituía família. Sua condição como chefe de família favorecia a renovação do plantel e desfavorecia as fugas.

O escravo-camponês ou escravo-criador era responsável por várias cabeças de gado, assim como pelas lavouras e roças de subsistência. Esse tipo de relação que alguns senhores tinham com seus escravos, fez com que em algumas regiões do sul de Mato Grosso não houvesse um comércio tão intenso de escravos como o que ocorria nas minas localizadas no norte da Província. Apesar disso, não diminuiu a importância que os escravos tiveram no desenvolvimento das atividades econômicas do sul mato-grossense.

Em 1849, o Presidente Joaquim José de Oliveira ordenou o recenseamento da Província, o qual apontou que a população total era de 32.833 habitantes, dos quais 21.947 pessoas livres e 10.886 de escravos. Praticamente, para duas pessoas livres havia uma escrava. Os municípios mais populosos eram: Cuiabá com 16.973 pessoas – 10.385 livres e 6.588 escravos; Poconé (região sul de Mato Grosso) com 7.938 – 5.855 livres e 2.310 escravos; Diamantino com 5.097 - 3.592 livres e 1.505 escravos; e Mato Grosso com 2.740 – 2.210 livres e 530 escravos (RELATÓRIO, 1849).

A partir de 1850, foi sentida em todo o território brasileiro, a diminuição gradativa dos cativos. Dois motivos ajudaram para isso, o primeiro devido à Lei nº 584, de 04 de setembro de 1850 (conhecida por Eusébio de Queiroz), a qual estabelecia medidas de repressão ao tráfico de africanos no império. E o segundo, devido à frequente elevação dos preços do trabalhador escravo.

Com a promulgação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, denominada “Lei de Terras”⁶, só seriam legitimadas as terras que tivessem sido adquiridas “*por ocupação primária, ou havidas do primeiro ocupante, que se achassem cultivadas, ou com princípio de cultura, e morada habitual do respectivo posseiro, ou de quem o representasse*” (CORRÊA FILHO, 1969: p. 84). O que está explícito nessa lei é que o sentido da propriedade da terra deriva do trabalho, somente o trabalho na terra caracteriza a propriedade particular.

Como parte da política de destruição de quilombos e captura de escravos fugidos, o Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, mandou formar, em 1859, uma Bandeira para atacar um quilombo localizado na região compreendida pelos rios Cabaçal e Sepotuba. Segundo Alencastro, foram destruídos dois quilombos e aprisionados 33 pessoas, sendo 12 livres e 24 escravos. No ataque dois escravos morreram e três escaparam. Porém, o maior quilombo, o do Sipotuba, não foi atacado pelo pouco número de combatentes na Bandeira (RELATÓRIO, 1861).

Ao passar a administração da Província para o coronel Alexandre Manoel Albino de Carvalho, Augusto Leverger afiançou que “*em diversos pontos existem quilombos que muito convem destruir, e restituir aos seus senhores os escravos que os povoão*” (RELATÓRIO, 1863: p. 08). Os quilombos mais mencionados pelos presidentes de Província foram: Roncador, Jangada, Quariterê, Piolho, Piraputanga, Mutuca, Pindaituba, Rio São Lourenço, Rio Manso, Cabaçal, Serra Dourada e Sepotuba.

⁶ A lei pôs fim ao regime jurídico de posse no Brasil e instituiu o Registro Eclesiástico das terras. As posses até então adquiridas por concessão do poder público ou por ocupação primária (sesmarias) teriam que ser legitimadas.

Sobre o quilombo Sepotuba, Herculano Ferreira Pena, Presidente da Província, afirmou, em 1863, que sua existência datava de mais de um século. Além disso, assegurou que existiam nos quilombos, além de escravos fugidos, soldados desertores. Essa formação dificultava o ataque das bandeiras aos quilombos. Vale destacar também que, nessa época, por causa da falta de estradas, transporte ruim e do limitado comércio interno, era cômodo para o grande proprietário de terras criar gado do que viver da lavoura. Com a queda da produção das lavouras havia, conseqüentemente, a queda da arrecadação tributária que incidia tanto sobre os produtos como em todas as etapas da comercialização. Como o governo não tinha domínio sobre as lavouras dos quilombolas, cujos produtos eram negociados a preços menores por não serem taxáveis, essas lavouras davam prejuízo ao erário público. Nesse sentido, o quilombo representava uma fissura na ordem econômica escravagista, pois o governo não tinha como taxar a produção e a comercialização dos produtos dos escravos aquilombados. Entretanto, num plano macro havia certa complementaridade na produção de alimentos na Província, pois de um lado senhores de terras criavam gado e do outro os quilombolas cultivavam alimentos.

Entre os anos de 1864 a 1870 toda economia mato-grossense, principalmente a da região sul de Mato Grosso, recebeu um duro golpe com o conflito armado internacional denominado Guerra da Tríplice Aliança ou Guerra do Paraguai, que envolveu de um lado Brasil, Argentina e Uruguai, e do outro Paraguai. Em maio de 1867, após uma das batalhas desse conflito, Taunay, de regresso à corte, ao passar pela Fazenda Camapuã fez o seguinte comentário, *“Manteve-se florescente até os princípios do século presente, existindo ainda escravatura numerosa”*. Após a morte do último administrador *“ficou o lugar abandonado ou tão somente habitado por negros e mulatos livres, ou libertados pelo facto de não apparecerem herdeiros de seus possuidores”* (TAUNAY, 1921: p. 48).

Essa população negra, nessa época, habitava o local denominado de Corredor, o qual ficava a uma légua de distância das ruínas da fazenda. O Corredor era uma estrada de terra que ligava a fazenda à cabeceira do rio Camapuã. Por esse Corredor os negros escravos transportavam todas as mercadorias e barcos para a fazenda e de lá continuavam o transporte para a cabeceira do rio Sanguessuga. Nesse ano, da retirada de Taunay, a população escrava no Mato Grosso era de 6.667 pessoas, das quais 3.632 homens e 3.035 mulheres (CORRÊA FILHO, 1969: p. 88).

Com o fim da guerra, em 1870, e saindo o Brasil vitorioso, várias famílias retornaram aos seus sítios e fazendas devastados por quase seis anos de guerra. Inúmeros ex-combatentes, entre os quais negros alforriados, se fixaram nas terras do sul do Mato Grosso. Muitas vezes eram terrenos que eles haviam palmilhado no decorrer da guerra. Mesmo com esse renovar populacional, a Província ainda convivia com antigos problemas surgidos antes da guerra: a falta de mão de obra nas lavouras e a dificuldade nos transportes.

No dia 28 de setembro de 1871 foi assinado o Decreto nº. 2.040, que declarou isentos da escravatura os nascidos, desta data em diante, de mulher escrava, lei conhecida por *“Ventre-Livre”*. Porém, essa lei obrigava os filhos das escravas a ficarem sob a autoridade dos senhores de suas mães, até completarem 8 anos. Após esse período o proprietário teria a opção de receber indenização do Estado ou de utilizar os serviços da criança, sem remunerá-la, até completar 21 anos de idade. Essa lei reconhecia também, pela primeira vez,

o direito do escravo ao acúmulo de uma poupança chamada pecúlio para utilizá-lo na compra de sua própria liberdade. Além disso, a lei instituiu um fundo de emancipação de escravos que seria constituído nos municípios. Esse fundo receberia recursos do Império para alforriar os escravos.

No entanto, mesmo com essa lei emancipatória, o quilombo continuava a ser uma realidade na Província de Mato Grosso. Como noticiou Francisco José Cardoso Junior, Presidente da Província, em 1871; “*A 16 de Maio, no districto do Rosario e no lugar denominado – Porto Alegre – os escravos fugidos do quilombo do Rio Manso do Sul, assaltarão o sitio de Salvador de Almeida Lara*” (RELATÓRIO, 1872).

Em março de 1872, como decorrência do artigo nº 6 da lei do “Ventre Livre” - o qual estabelecia que os escravos pertencentes à nação fossem declarados livres, o presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior, foi obrigado a conceder “*cartas liberdade a 42 escravos do Estado que aqui existião empregados no arsenal de guerra, fabrica de pólvora e outros estabelecimentos públicos*”. Além desses escravos, também foram libertos “*os escravos da antiga Fazenda Camapuan e seus descendentes*” (RELATÓRIO, 1872).

No ano de 1882, o comerciante Tomás Laranjeira, recebeu do governo imperial, por meio do Decreto nº. 8.799, de 12 de dezembro, permissão para colher erva mate em terras devolutas compreendidas na fronteira com o Paraguai. Em 1883, Tomás Laranjeira fundou a Companhia Mate Laranjeira, importante empresa exploradora da erva mate, que exerceu grande influência política e econômica no Mato Grosso. Com a concessão de terras para Tomás Laranjeira, as fronteiras do extremo sul começariam a produzir dividendos para a Província, porém ainda não era o suficiente para promover o efetivo crescimento econômico que a Província buscava. Nesse sentido, o Barão de Batovy, solicitou à Corte a criação de uma colônia no lugar denominado de Campo Grande, no sul de Mato Grosso (RELATÓRIO, 1883).

Em 1885, foi criada a lei nº 3.270, conhecida como “Lei do Sexagenário”, que decretava a alforria dos negros maiores de 65 anos. Em virtude dessa lei, na comarca de Cuiabá foram declarados libertos, no ano de 1886, 232 pessoas “*sendo 172 sem condição alguma por terem 65 anos de idade, e 60 com a clausula de prestação de serviços até aquella idade por serem apenas maiores de 60 annos*” (RELATÓRIO, 1886). No ano de 1876, havia em toda província 7.064 escravos, já no ano de 1882 eram 6.854. E um ano antes de entrar em vigor a Lei Áurea foram computados 3.044 escravos de ambos os sexos. A diminuição do número de escravos foi provocada pelos falecimentos dos escravos; pelos efeitos da Lei do Ventre Livre e dos Sexagenários; pelas fugas; pelas manumissões; e coartações.

Considerações finais

Quando da libertação dos escravos ocorrida por meio da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o Presidente da Província, Francisco Raphael de Mello Rego, com temor dos negros livres, expediu medidas para evitar a aglomeração dos ex-escravos nas freguesias e cidades. Apesar dos primeiros dias de festividade, muitos negros voltaram, por falta de melhores opções, para seus antigos ofícios nas lavouras, nas fazendas de criação e nas cidades, porém sabiam que sua mão

de obra teria que ser remunerada. Entretanto, vários outros ex-escravos optaram por sair de seus locais e procuraram trabalho em novas regiões (RELATÓRIO, 1888).

Preocupado com os rendimentos da lavoura, o Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco Raphael de Mello Rego, afirmou que poderia se esperar que caíssem em virtude da libertação dos escravos. Entretanto, a libertação dos escravos não provocou nenhuma baixa na arrecadação dos tributos da Província como atesta as Mensagens dos Presidentes de Província de 1895 e 1900.

Nos últimos anos do século XIX, a grande mobilidade dos ex-escravos no Mato Grosso teve como objetivo sua autonomia. Suas aspirações eram essencialmente camponesas, ou seja, o acesso à terra, a formação de famílias, certo grau de autonomia na vida cotidiana, o controle dos meios de produção e do processo de trabalho. Dessa forma, terra, família e trabalho, objetivo primaz desses libertos, era o “projeto camponês” a ser conquistado (PLÍNIO DOS SANTOS, 2010).

Como apresentado neste artigo, assim como no norte de Mato Grosso, o trabalho escravo tinha grande importância na economia do sul, principalmente no século XIX. Fato contrário as correntes interpretativas que entendem que o trabalho escravo tinha pouca relevância, ou não existia, em regiões onde a economia era pautada, principalmente, na criação de gado. Além disso, o sistema escravista, além de estar presente em todas as relações sociais, estruturava a ordem social vigente com seus mecanismos de dominação. Nesse sentido, afirmar, atualmente, que não houve escravidão em Estado “A” ou “B” é negar a História do Brasil.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, José Corrêa. *A saga dos Rodrigues: 150 anos de história em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, IHGMS, 2005.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Mato Grosso do Sul: Conflitos étnicos e fundiários*. Campo Grande, [s. n.], 2009.

_____. *Santana do Paranayba: De 1700 a 2002*. Campo Grande, IHGMS, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Escravo ou Camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

DISCURSO. *Presidente da Província de Matto-Grosso, Estevão Ribeiro de Rezende*. Cuyabá, Typographia Provincial, 1840.

DISCURSO. *Presidente da Província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno*. Cuyabá, Typographia Provincial, 1838.

FALLA. *Presidente da Província de Mato-Grosso, General Hermes Ernesto da Fonseca*. Cuyabá, Typographia da Situação, 1877.

FLORENSE, Hercules. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo, Cultrix, Editora da USP, 1977.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 29^a edição. Rio de Janeiro, Editora Record, 1994.

_____. *Contribuição para uma sociologia da biografia: O exemplo de Luiz de Albuquerque governador de Mato Grosso no fim do século XVIII*. Cuiabá, Edição da Fundação Cultural de Mato Grosso, 1978.

FUNES, Eurípedes A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas”. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 467-497.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.

LEMIEUX, Vincent. *Les réseaux d'acteurs sociaux*. Paris, Presses Universitaires de France, 1999.

LEPKOWSKI, Tadeusz. *Haití. Tomo I*. Havana, Casa de las Américas, 1968.

MENSAGEM. *Presidente do Estado de Matto-Grosso, Antonio Peres de Barros*. Cuyabá, Typographia do Estado, 1900.

MENSAGEM. *Presidente do Estado, José Manoel Murtinho*. Cuyabá, Typographia do Estado, 1895.

PLÍNIO DOS SANTOS, Carlos Alexandre B. *Fiéis descendentes: Redes irmandades na pós-abolição entre as comunidades negras rurais sul-mato-grossense*. Tese de Doutorado, Antropologia, UnB, 2010.

RAMOS, Alcida Rita. “Projetos Indigenistas no Brasil Independente”. *Série Antropologia* 267. Brasília, DAN/UnB, 1999.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto-Grosso, Francisco Raphael de Mello Rego*. Cuyabá, Typographia da Situação, 1888.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto-Grosso, Joaquim Galdino Pimentel*. Cuyabá, Typographia da Situação, 1886.

RELATÓRIO. *Vice-Presidente da Província de Matto-Grosso, José Leite Galvão*. Cuyabá, Typographia de J. J. R. Calháo, 1883.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Mato Grosso, Francisco José Cardoso Junior*. Rio de Janeiro, Typographia do Apostolo, 1872.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto Grosso, Herculano Ferreira Penna*. Cuyabá, Typographia do Matto-Grosso, 1863.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto Grosso, Herculano Ferreira Penna*. Cuyabá, Typographia do Matto-Grosso, 1862.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto Grosso, Antonio Pedro de Alencastro*. Cuyabá, Typographia da Voz da Verdade, 1861.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto Grosso, Capitão de Fragata Augusto Leverger*. Cuyabá, Typographia do Echo Cuiabano, 1851.

RELATÓRIO. *Presidente da Província de Matto-Grosso, Major Joaquim José de Oliveira*. Rio de Janeiro, Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1849.

ROHAN, Marechal Visconde de Beaurepaire. “Annaes de Matto Grosso”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico São Paulo*. V. XV. São Paulo, IHGSP, 1910, p. 37-116.

ROLIM DE MOURA, Antonio. *Correspondências de D. Antonio Rolim de Moura, Primeiro Conde de Azambuja - 1751 a 1754*. Compiladas pelo NDIHR/UFMT. Cuiabá, Imprensa Universitária, 1982.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Rondonia: anthropologia – ethnographia*. 7ª edição. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005.

SÁ, José Barboza. “Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos”. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Vol. XXIII. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901, p. 05-58.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a à provincial de São Paulo e resumos das viagens ao Brasil, província Cisplatina e Missões do Paraguay*. São Paulo, Ed. da USP. Livraria Martins Editora, 1972.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). *Os diários de Langsdorff. Vol I*. Campinas, Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro, Fiocruz, 1997a.

_____. *Os diários de Langsdorff. Vol II*. Campinas, Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro, Fiocruz, 1997b.

SILVA, Jovan Vilela. *Mistura de cores: Política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso – século XVIII*. Cuiabá, Editora da UFMT, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Coleção documentos brasileiros. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1941.

TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas. Tomo X*. São Paulo, Editora Museu Paulista, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

TAUNAY, Visconde. *Viagens de outr'ora*. São Paulo, Editora Melhoramentos, 1921.

Recebido em 03/11/2016.

Aprovado em 20/12/2016.